



Centro de Solidariedade da Imaculada Conceição
Rua de S. Geraldo, nº 24
4700-041 Braga
Tel.: 253 236 341 // E-mail: csic.braga@sapo.pt

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE FINAL DE EXERCÍCIO

Braga, 31 de dezembro de 2017

Nos termos do previsto no n.º 6 do artigo 12.º do Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, emite-se a presente declaração a pedido da sociedade de contabilidade **verimont – accounting & consulting, lda.**, e do contabilista certificado **Sr. Ricardo Jorge de Sousa Nogueira da Silva**, contabilista certificado com cédula profissional n. 62.709 a quem compete a planificação, organização e execução da contabilidade da nossa entidade, denominada Centro de Solidariedade da Imaculada Conceição, NIPC 500 903 328 e assunção da responsabilidade técnica, em termos contabilísticos e fiscais.

Para tanto declaramos tal como é nosso dever que:

- Não foram omitidos quaisquer documentos, correspondência relevante, atas das reuniões da direção e dos órgãos sociais, tendo sido prestadas todas as informações adicionais para melhor compreensão dos mesmos.
- Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, nos reais ou contingentes que afetam a situação da entidade.
- A entidade não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer outra entidade para além dos divulgados nas demonstrações financeiras.
- Não existem acordos em quaisquer instituições envolvendo compensações de saldos, restrições de movimentos de dinheiro ou linhas de crédito, para além dos divulgados.
- Não existem irregularidades envolvendo os órgãos sociais que possam ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.



Centro de Solidariedade da Imaculada Conceição
Rua de S. Geraldo, nº 24
4700-041 Braga
Tel.: 253 236 341 // E-mail: csic.braga@sapo.pt

- Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais.
- Não temos projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações e da entidade.
- Todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras e fiscais foram comunicadas em devido tempo.

A Direção

Glaura Fonseca
M^a Luísa Pereira Rodrigues
Otilia da Gama

***Centro de Solidariedade da
Imaculada Conceição***

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017

251
40
101

Índice

Balanço.....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	4
Demonstração dos Resultados por Funções.....	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Anexo.....	8
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras	8
3. Políticas contabilísticas, alterações nas políticas contabilísticas e erros	9
4. Ativos fixos tangíveis.....	13
5. Investimentos financeiros.....	13
6. Inventários	14
7. Créditos a receber.....	14
8. Estado e outros Entes Públicos	14
9. Caixa e depósitos bancários.....	14
10. Outras contas a receber	15
11. Fundos patrimoniais	15
12. Fornecedores	15
13. Outras contas a pagar	15
14. Vendas e serviços prestados	16
15. Subsídios, doações e legados à exploração	16
16. Fornecimentos e serviços externos	16
17. Gastos com o pessoal.....	17
18. Outros rendimentos.....	17
19. Outros gastos	18
20. Resultados financeiros	18
21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	18
22. Acontecimentos após data de Balanço	18

Balanco

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: Euro

RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2017	31-12-2016
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		4	3 734,47	2 878,62
Investimentos financeiros		5	20 449,47	20 214,23
Subtotal			24 183,94	23 092,85
Ativo corrente				
Créditos a receber		7	1 725,00	816,50
Estado e outros entes públicos		8	535,48	574,04
Diferimentos			370,70	-
Outras Contas a receber		10	2 394,27	900,00
Caixa e depósitos bancários		9	213 981,34	251 574,42
Subtotal			219 006,79	253 864,96
Total do Ativo			243 190,73	276 957,81
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos		11	28 431,75	28 431,75
Resultados transitados		11	172 269,45	212 516,17
Resultado líquido do período		11	(19 166,96)	(40 246,72)
Total dos fundos patrimoniais			181 534,24	200 701,20
Passivo				
Passivo não corrente				
Subtotal			-	-
Passivo corrente				
Fornecedores		12	628,61	1 952,98
Estado e outros entes públicos		8	5 565,42	18 320,31
Financiamentos obtidos				
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros				
Diferimentos				
Outras contas a pagar		13	55 462,46	55 983,32
Subtotal			61 656,49	76 256,61
Total do passivo			61 656,49	76 256,61
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			243 190,73	276 957,81

O Contabilista Certificado



A Direção

Isaura Fonseca
 H.ª Luísa Pereira Rodrigues
 Otília M.ª Gonçalves

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	14	129 791,50	153 269,80
Subsídios, doações e legados à exploração	15	238 498,36	212 522,16
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(24 509,61)	(33 009,07)
Fornecimentos e serviços externos	16	(56 812,66)	(72 033,13)
Gastos com o pessoal	17	(317 345,53)	(322 381,63)
Outros rendimentos	18	11 354,43	21 451,28
Outros gastos	19	(270,21)	(340,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(19 293,72)	(40 520,59)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(1 105,83)	(872,84)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(20 399,55)	(41 393,43)
Juros e rendimentos similares obtidos	20	1 299,28	1 146,71
Juros e gastos similares suportados	20	(66,69)	
Resultados antes de impostos		(19 166,96)	(40 246,72)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(19 166,96)	(40 246,72)

O Contabilista Certificado

A Direção

RLS

Isaura Fonseca
M.^a Luísa Pereira Rodrigues
Cláudia Gonçalves

Demonstração dos Resultados por Funções

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Pré-Escolar	CATL	PERÍODOS	
				2017	2016
Vendas e serviços prestados	14 6/17	65 479,00	64 312,50	129 791,50	153 269,80
Custo das vendas e dos serviços prestados		(213 078,83)	(128 776,31)	(341 855,14)	(355 390,70)
Resultado bruto		(147 599,83)	(64 463,81)	(212 063,64)	(202 120,90)
Outros rendimentos	15/18/20 4/16 19	185 209,31	65 942,76	251 152,07	235 120,15
Gastos administrativos		(31 416,83)	(26 501,66)	(57 918,49)	(72 905,97)
Outros gastos		(119,56)	(150,65)	(270,21)	(340,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		6 073,09	(25 173,36)	(19 100,27)	(40 246,72)
Gastos de financiamento (líquidos)		(24,53)	(42,16)	(66,69)	
Resultados antes de impostos		6 048,56	(25 215,52)	(19 166,96)	(40 246,72)
Imposto sobre o rendimento do período					
Resultado líquido do período		6 048,56	(25 215,52)	(19 166,96)	(40 246,72)

O Contabilista Certificado

A Direção



Laura Fonseca
 16ª Luísa Pereira Rodrigues
 Clélia M. Gonçalves

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	28 431,75	209 755,17	-	2 761,00	240 947,92	240 947,92
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contábilístico							-
Alterações de políticas contábilísticas							-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							-
Realização dos excedentes de revalorização							-
Excedentes de revalorização							-
Ajustamentos por impostos diferidos							-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11		2 761,00	-	(2 761,00)	-	-
	2	-	2 761,00	-	(2 761,00)	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				(40 246,72)	(40 246,72)	(40 246,72)
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				(43 007,72)	(40 246,72)	(40 246,72)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Distribuições							
Outras operações							
	5	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+5	28 431,75	212 516,17	-	(40 246,72)	200 701,20	200 701,20

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	28 431,75	212 516,17	-	(40 246,72)	200 701,20	200 701,20
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adoção de novo referencial contábilístico							-
Alterações de políticas contábilísticas							-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							-
Realização dos excedentes de revalorização							-
Excedentes de revalorização							-
Ajustamentos por impostos diferidos							-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11		(40 246,72)	-	40 246,72	-	-
	7	-	(40 246,72)	-	40 246,72	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				(19 166,96)	(19 166,96)	(19 166,96)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				21 079,76	(19 166,96)	(19 166,96)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Distribuições							
Outras operações							
	10	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	28 431,75	172 269,45	-	(19 166,96)	181 534,24	181 534,24

O Contabilista Certificado



A Direção

Laura Fonseca
 18ª Luísa Pereira Rodrigues
 António Teófilo Gonçalves

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: Euro

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		128 891,50	152 647,05
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(68 315,94)	(89 390,69)
Pagamentos ao pessoal		(223 018,46)	(290 472,95)
Caixa gerada pelas operações		(162 442,90)	(227 216,59)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		126 182,60	207 595,21
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(36 260,30)	(19 621,38)
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2 066,40)	(2 977,97)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		235,24	(20 000,00)
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		498,38	1 286,71
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(1 332,78)	(21 691,26)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(37 593,08)	(41 312,64)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		251 574,42	292 887,06
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	213 981,34	251 574,42

O Contabilista Certificado



A Direção


 1ª Luísa Pereira Rodrigues
 Filipe Maria Gonçalves

Anexo

25/12/17
NIF
44
CS

1. Identificação da Entidade

- 1.1 – Designação da entidade: *Centro de Solidariedade da Imaculada Conceição*
- 1.2 – NIF: 500903328
- 1.3 – Sede social: *Rua de S. Geraldo nº 24, União de Freguesias Sé, Cividade e Maximinos*
- 1.4 – Endereço eletrónico: *csic.braga@sapo.pt*
- 1.5 – Natureza da atividade: O *Centro de Solidariedade da Imaculada Conceição*, é uma instituição sem fins lucrativos, o registo foi lavrado provisoriamente pela inscrição nº 78/83, de fl 17 a fl.17vº do livro nº 2 das fundações de solidariedade social e convertido em definitivo pelo averbamento nº 1 a referida inscrição.

A alteração de estatutos foi aprovada em 22/10/2015 pela autoridade eclesiástica competente e o registo foi lavrado pelo averbamento nº 4, à inscrição nº 78/83, a fls. 17 e 17 Verso do Livro nº 2 das Fundações de Solidariedade Social, considerando-se efetuado em 23/09/2016, nos termos do nº 4 do artigo 9º..

- Atividade Principal CAE 85100 – Educação Pré – Escolar;
- Atividade Secundária: 88910 – Atividade de Cuidados para Crianças sem Alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- a) Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- b) Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- c) Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- d) NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- e) Normas Interpretativas (NI).

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

TS.L
NIP
H
G

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Nota 13)

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

f) A natureza da reclassificação;

28
M.P.
H
OK

- g) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- h) Razão para a reclassificação.

b) - Outras políticas Contabilísticas:

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou pelo Valor Patrimonial Tributário.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros ativos fixos tangíveis	4 e 6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Inventários

Os inventários são registados ao custo de aquisição.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes/utentes e outros créditos

Os "Clientes/utentes" e "Outros créditos" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

25
MLP

COP

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Estado e outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as *instituições particulares de solidariedade social*, estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Subsídios do Estado

Os subsídios apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios atribuídos a fundo perdidos para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão incluídos no item de “Outras variações nos fundos patrimoniais”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos à ordem.

251
M.D.

C.A.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes e utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

c) - Principais pressupostos relativos ao futuro

Gestão de risco financeiro

• Risco de Liquidez:

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a instituição mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

- (i). Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento, e
- (ii). Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus objetivos e estratégia.

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Instituição.

d) - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alterações nas estimativas.

3.4 – Correção de erros de períodos anteriores:

Não foram efetuadas correções de erros de períodos anteriores.

4. Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis

28

11/12

8/

10/

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2016							
Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2016
Custo							
Equipamento básico	200 953,65	432,96	-	-	-	-	201 386,61
Equipamento de transporte	19 506,00	-	-	-	-	-	19 506,00
Equipamento administrativo	132 678,16	2 545,01	-	-	-	-	135 223,17
Outros ativos fixos tangíveis	11 349,23	-	-	-	-	-	11 349,23
Total	364 487,04	2 977,97	-	-	-	-	367 465,01
Depreciações acumuladas							
Equipamento básico	200 555,19	238,81	-	-	-	-	200 794,00
Equipamento de transporte	19 506,00	-	-	-	-	-	19 506,00
Equipamento administrativo	132 678,13	509,03	-	-	-	-	133 187,16
Outros ativos fixos tangíveis	10 974,23	125,00	-	-	-	-	11 099,23
Total	363 713,55	872,84	-	-	-	-	364 586,39
						Quantia escriturada	2 878,62

Ativos fixos tangíveis

31 de dezembro de 2017							
Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Revalorizações	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2017
Custo							
Equipamento básico	201 386,61	-	-	-	-	-	201 386,61
Equipamento de transporte	19 506,00	-	-	-	-	-	19 506,00
Equipamento administrativo	135 223,17	1 961,68	1 873,20	-	-	-	135 311,65
Outros ativos fixos tangíveis	11 349,23	-	-	-	-	-	11 349,23
Total	367 465,01	1 961,68	1 873,20	-	-	-	367 553,49
Depreciações acumuladas							
Equipamento básico	200 794,00	159,63	-	-	-	-	200 953,63
Equipamento de transporte	19 506,00	-	-	-	-	-	19 506,00
Equipamento administrativo	133 187,16	946,20	1 873,20	-	-	-	132 260,16
Outros ativos fixos tangíveis	11 099,23	-	-	-	-	-	11 099,23
Total	364 586,39	1 105,83	1 873,20	-	-	-	363 819,02
						Quantia escriturada	3 734,47

5. Investimentos financeiros

Os saldos dos investimentos financeiros, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, apresentavam-se da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 31-dez-2017
Fundo de Compensação	214,23	235,24	-	-	449,47
Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável	20 000,00	-	-	-	20 000,00
Total	20 214,23	235,24	-	-	20 449,47

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar a entrega de 1% sobre as remunerações base e diuturnidades dos seus colaboradores contratados após 1 de outubro de 2013, para o fundo de compensação do trabalho.

6. Inventários

28.1
MJB
CA

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2016	CMVMC em 2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	26 752,48	6 256,59	-	33 009,07
Total	-	26 752,48	6 256,59	-	33 009,07

Descrição	Inventário em 01-jan-2017	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-dez-2017	CMVMC em 2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	20 513,82	3 995,79	-	24 509,61
Total	-	20 513,82	3 995,79	-	24 509,61

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição e foram consumidas na sua totalidade.

7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Cientes e Utentes c/c	1 725,00	816,50
Utentes	1 725,00	816,50

Descrição	Até 6 meses
Cientes c/c	-
Utentes c/c	1 725,00
Total	1 725,00

8. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	535,48	574,04
Total	535,48	574,04
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	1 393,25	8 033,58
Segurança Social	4 148,64	10 271,82
Fundos Compensação	23,53	14,91
Total	5 565,42	18 320,31

9. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	500,00	570,90
Depósitos à ordem	3 364,17	5 503,52
Depósitos a prazo	210 117,17	245 000,00
Total	213 981,34	251 074,42

10. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" apresenta, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Juros a Receber	800,98	900,00
Outros devedores e credores		
Outros devedores e credores - Trab. Indep	1 593,29	
Total	2 394,27	900,00

11. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2017
Fundos	28 431,75			28 431,75
Resultados transitados	212 516,17	(40 246,72)		172 269,45
Resultado líquido do período	(40 246,72)	(19 166,96)	(40 246,72)	(19 166,96)
Total	200 701,20	(59 413,68)	(40 246,72)	181 534,24

Nota:

Resultados transitados:

- Diminuição em 40.246,72€ de transferência do resultado líquido negativo de 2016

Resultado líquido do exercício:

- Aumento de (19,166,96), do resultado negativo de 2017.

12. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/c	628,61	1 952,98
Total	628,61	1 952,98

Descrição	0-30 dias
Fornecedores c/c	628,61
Total	628,61

13. Outras contas a pagar

A rubrica de "Outras contas a pagar" é discriminada da seguinte forma:

Outras Contas a pagar		
Pessoal	23 500,00	15 080,40
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar ao pessoal	29 974,92	39 570,00
Outros acréscimos de gastos	1 987,54	1 332,92
Total	55 462,46	55 983,32

7281
M.P.

C.O.

14. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a “Vendas” e “Serviços Prestados:”

Vendas

Descrição	2017	2016
Mercadorias	780,00	-
Total	780,00	-

Prestação de Serviços

Descrição	2017	2016
Quotas dos utilizadores	129 011,50	153 269,80
Jardim de Infância	64 699,00	76 367,50
ATL	64 312,50	76 902,30
Total	129 011,50	153 269,80

15. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios, doações e legados à exploração”:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	231 681,34	200 349,36
Doações e heranças	6 817,02	12 172,80
Total	238 498,36	212 522,16

Descrição	2017	2016
Instituto Segurança Social, IP	230 884,01	200 349,36
DGCI - Consignação IRS	797,33	-
Doações e heranças (Donativos)	6 817,02	12 172,80
Total	238 498,36	212 522,16

16. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	23 034,38	32 674,65
Trabalhos especializados	4 456,12	9 225,44
Vigilância e segurança	1 460,46	1 896,96
Honorários	12 272,21	14 918,36
Conservação e reparação	4 845,59	6 626,39
Outros	-	7,50
Materiais	6 186,55	5 873,58
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	282,63	857,91
Livros e documentação técnica	-	520,33
Material de escritório	3 021,64	565,32
Material de Limpeza, Higiene e Conforto	1 668,63	-
Artigos para oferta	-	37,50
Outros	1 213,65	3 892,52
Material didático	981,05	1 364,71
Jornais e revistas	131,24	131,24
Vestuário e calçado de utentes	46,13	2 396,57
Outros	55,23	-
Energia e fluidos	15 378,87	17 350,34
Eletricidade	8 093,24	9 904,57
Combustíveis	3 989,55	3 872,27
Água	3 296,08	3 573,50
Deslocações, estadas e transportes	2 345,50	6 664,70
Deslocações e estadas	2 345,50	6 649,70
Transportes de pessoal	-	15,00
Serviços diversos	9 867,35	9 469,86
Rendas e alugueres	1 707,43	-
Comunicação	1 409,86	1 598,55
Seguros	1 477,44	1 926,74
Despesas de representação	-	1 788,64
Limpeza, higiene e conforto	492,00	3 144,90
Outros serviços	4 780,62	1 011,03
Reparação, conservação edifícios cedidos	2 728,99	-
Encargos de saúde com utentes	37,16	26,55
Rouparia	-	39,00
Diversos	2 014,47	945,48
Total	56 812,65	72 033,13

17. Gastos com o pessoal

Os órgãos sociais da Entidade, não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de 14 e 2016, foi de 19.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações do pessoal	207 869,42	237 256,61
Encargos sobre Remunerações	45 703,86	57 263,14
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	1 821,22	1 798,48
Outros gastos com Pessoal	61 951,03	26 063,40
Total	317 345,53	322 381,63

18. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

22 SL
MLP
✱
OK

Descrição	2017	2016
Rendimentos suplementares (Serviços sociais)	9 263,40	9 655,81
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	225,12	628,48
Outros	1 865,91	11 166,99
Correções relativas a períodos anteriores	1 829,28	10 692,35
Restituição de impostos	-	474,00
Outros não especificados	36,63	0,64
Total	11 354,43	21 451,28

19. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	30,97	-
Outros	239,24	340,00
Quotizações	170,00	340,00
Correções relativas a períodos anteriores	69,24	-
Total	270,21	340,00

20. Resultados financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	66,63	-
Outros gastos e perdas de financiamento	0,06	-
Total	66,69	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 299,28	1 146,71
Total	1 299,28	1 146,71
Resultados financeiros	1 232,59	1 146,71

21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

22. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 27 de abril de 2018.

O Contabilista Certificado



A Direção

Staura Forreca
H^a Lúcia Pereira Rodrigues

~~MLP~~
 CH

Ano: 2017

TRABALHO VOLUNTÁRIO PRESTADO NO EXERCÍCIO[illegible]